



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA, EM 20 DE AGOSTO DE 2018.

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às dezenove horas, na sala de Reuniões da Câmara Municipal de Barão de Cotegipe, sito à Rua Princesa Isabel número cento e quatorze, sob a Presidência do Vereador Zaqueu Picoli reuniram-se os Exm^{os} Srs Vereadores Adelir Sartori, Alderi Trombeta, André Gasparini, Djeovani Krenczynki, Floriano Ternes, João Carlos Dassoler, Luis Eduardo Giacomel, Rodrigo Colet e Zaqueu Picoli para a Sessão Ordinária. O presidente procedeu à chamada nominal para verificação de *quórum*. Havendo número legal e regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e cumprimentou os colegas, a plateia presente. **NA PALAVRA LIVRE** se inscreveram os representantes: pela bancada PTB/PDT o vereador Luiz Eduardo Giacomel, pela bancada PT/PSB o vereador Floriano Ternes(PT) e o vereador André Gasparini(PT), pela bancada PP/PSDB vereador Zaqueu Picoli(PSDB) e pela bancada PMDB o vereador Adelir Sartori. O Presidente colocou em votação a Ata: Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária, da Décima Terceira Sessão Legislativa, de seis de agosto de dois mil e dezoito. **Teve como parecer: Aprovada por unanimidade. REQUERIMENTOS VERBAIS:** O vereador André Gasparini cumprimentou o presidente, os demais vereadores, os assistentes e os demais presentes e disse que novamente vem enfatizar e tocar sobre a questão da iluminação pública e comentou saber que aconteceu a queima de um transformador próximo à Praça Etelvino Picolo e que acabou afetando a iluminação de toda aquela região mas que já se passaram vários dias e naquela região está bastante precária a questão da iluminação inclusive na Praça. Continuou o vereador dizendo que na Praça Laurindo Meneghel no último final de semana esteve passando pela mesma e percebeu que a iluminação está bastante deficitária e que somente a luminária na frente dos brinquedos está funcionando e que na Praça Vilamir Facioli ocorre a mesma situação, e expos ainda que a rua lateral ao Colégio Mário Quintana está toda ela sem nenhuma luminária funcionando e frisou ainda que é a rua toda. Falou ainda o vereador que já conversou com o prefeito e que o mesmo repassou que estão fazendo uma força tarefa porém está bastante lenta esta questão da manutenção e que sugeriu ao mesmo que terceirizasse durante este período aonde os funcionários não estão dando conta e que ao menos fosse contratada uma empresa que desse um geral na rede de iluminação pois no ano de dois mil e dezoito inclusive está sendo cobrado a taxa de iluminação pública e que por isso a cobrança dos moradores se torna cada vez maior. O presidente Zaqueu Picoli disse que acha interessante sempre seja feita uma cobrança e que estava junto quando o vereador André fez pedido ao prefeito e que acha importante de sejam tomadas as providências. O vereador Luiz Eduardo Giacomel cumprimentou o presidente, os demais vereadores e todos os presentes e comentou que o seu pedido já tinha vindo para esta casa no ano anterior através do vereador João Dassoler para que seja feita a instalação de quiosques na Praça Vilamir Facioli e que novamente os moradores fizeram esta solicitação e agora com a instalação de novos brinquedos a mesma está sendo bastante frequentada e sendo que ali sempre foi um ponto onde as pessoas se reúnem para fazer churrasco nos fins de semana e no verão usufruem durante a noite também e que é por isso que foi solicitado novamente pelos moradores dessa região para que o executivo instale esses quiosques na Praça com banheiros e que as pessoas que residem nessa região tem um canal de comunicação muito interessante e que inclusive havia algumas pessoas fazendo vandalismo durante o final de semana e os moradores mesmos deram um jeito de chamar a atenção dos vândalos e que é um local que é bem cuidado e por isso não vê problema de se fazer a instalação de um quiosque para a comunidade desfrutar. O presidente Zaqueu expôs somente para informação dos demais que



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

o projeto já está pronto, passou por um processo de licitação e não houve interessados em executar a obra e que agora tem outra conversa e que o prefeito comentou que irá conversar com os moradores para realizar a obra. O vereador Djeovani Kreczinski cumprimentou o presidente, os vereadores e os demais presentes e fez um pedido para que quando houver audiência pública seja avisado os vereadores e toda a comunidade sobre a mesmas. O presidente Zaqueu questionou qual audiência que não foi comunicada e o vereador Djeovani disse que teve uma que não foi comunicada e que ficou sabendo por algumas pessoas. O presidente Zaqueu falou que depois que foi criada a página da Câmara sempre foi divulgado todas as audiências e que será averiguado. O vereador Adelir Sartori cumprimentou o presidente, os vereadores e a todos os presentes e disse que o seu pedido é para que seja reformada a passarela sobre o rio próximo as residências dos senhores Pochmann e Woydila devido ao grande número de pessoas que utilizam essa passagem e a mesma encontra-se bastante danificada e o cano de água passa em cima desta passagem. **REQUERIMENTOS ESCRITOS:** o vereador Rodrigo Colet solicitou ao plenário autorização para participação de Treinamento Técnico cujo tema será “Novas Tendências e Práticas profissionais na Gestão Pública” e “O Servidor como agente de transformação” que se realizará dos dias vinte e um a vinte e quatro de agosto de dois mil e dezoito na cidade de Foz do Iguaçu/PR. O presidente Zaqueu Picoli colocou em discussão o requerimento Colocado em votação o Requerimento do Vereador Rodrigo Colet teve como parecer: **APROVADO POR UNANIMIDADE. ORDEM DO DIA:** O vereador Alderi Trombeta na condição de Relator da Comissão de Pareceres explanou à todos que o Projeto de Lei nº 031/18 está apto para votação. **PROJETO DE LEI N.º 031/18, DE 31 DE JULHO DE 2018** **Que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Barão de Cotegipe para o exercício de 2019 e dá outras providências.”** O vereador Rodrigo Colet leu a Ata da Comissão da LDO com o seguinte texto: *“Reuniram-se na data de vinte de agosto de dois mil e dezoito os vereadores Djeovani Kreczinski, Rodrigo Colet e Alderi Trombeta participantes da Comissão de Análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Foram analisados os orçamentos de todas secretarias propostas pelo Poder Executivo e foi considerado parecer favorável a quase todas as secretarias exceto aos recursos destinados ao Poder Legislativo constatando a comissão que faz o requerimento dos sete por cento de direitos do orçamento do Poder Legislativo conforme Constituição Federal. A Comissão solicita que dos sete por cento dos seus recursos, dois por cento sejam repassados a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Caso não seja efetuado o repasse, requer que sejam repassados o montante total ao Poder Legislativo.”* O presidente colocou o projeto de lei em discussão. O vereador Alderi Trombeta expôs que o mesmo juntamente com os vereadores Rodrigo Colet e Djeovani Kreczinski e que acharam por bem e que como é de lei conforme diz a Constituição Federal requerer os sete por cento do orçamento para o Poder Legislativo e como o orçamento é de apenas três virgula zero dois por cento optaram em fazer uma emenda de sete por cento e desses gostariam de dois por cento fossem destinados para a Secretaria de Agricultura pois o maior retorno para o município vem da agricultura e por esse motivo chegaram a esta conclusão e que então desses sete por cento cinco viriam para a Câmara Municipal e dois por cento iria para a Secretaria de Agricultura. O vereador Djeovani Kreczinski explanou que na reunião da Comissão discutiram sobre todas as secretarias que foram propostos os orçamentos e perceberam que a Secretaria de Agricultura ficou com uma fatia não diria menor, mas sim um pouco pequena no ponto de vista da Comissão e por isso reivindicaram os dois por cento a mais para a Câmara para depois repassar para a Secretaria de Agricultura para que os agricultores possam ser melhor assistidos pois são eles a primeira engrenagem da economia do município. O vereador



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Rodrigo Colet disse que como já foi apresentado pelos demais membros da Comissão e como no dia de hoje teve a audiência pública também e baseado nos dados repassados pelo contador onde entre cinquenta e cinco e sessenta por cento da arrecadação é proveniente da agricultura e por esse motivo neste ano optaram por esta escolha e que contam com os demais vereadores para que isto seja aprovado e que todos sabem que a Secretaria de Saúde seriam dezesseis por cento e estão sendo gastos vinte e três por cento, a Secretaria de Educação seriam vinte e cinco por cento que devem sem gastos obrigatoriamente e disse achar que nada mais justo pois todos sabem dos programas de incentivo aos suinocultores, bacia leiteira, aviários que foram criados junto a Secretaria de Agricultura e outros programas que são desenvolvidos por esta secretaria e por este motivo opta em destinar esses dois por cento e que se aprovado esta emenda pelo plenário este projeto seja reencaminhado para Câmara com a inclusão desses dois por cento para que talvez junto com a secretaria desenvolver alguns programas de incentivo na agricultura seja ele para manutenção e correção de solo pois hoje existem muitas propriedades não tem uma boa drenagem de solo perdendo matéria orgânica que acaba indo para os leitos e disse achar que este recurso este ano será destinado a agricultura e quem sabe para o ano que vem seja destinado para a habitação ou desenvolvimento econômico pra que sejam feitas outras obras e fazendo esses repasses de valores é um incentivo e esperar de onde o Poder Executivo irá retirar os recursos e que nada mais justo como já consta no Artigo vinte e nove da Constituição que sete por cento são de direito do Poder Legislativo com até cem mil habitantes e que isso não é ilegal e pediu a aprovação da emenda pelos demais vereadores. O vereador André Gasparini parabenizou a Comissão pela iniciativa e que conforme mencionado pelo vereador Rodrigo Colet na audiência pública que ocorreu na tarde deste dia onde foi tratado da LDO o contador mencionou fortemente o quanto vem de retorno da agricultura entre cinquenta e cinco e sessenta por cento do retorno do ICMS e por isso acha mais do que justo se fazer este repasse para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para que se possa valorizar cada vez mais os agricultores. O vereador Floriano Ternes cumprimentou o presidente, os vereadores, as secretárias, o assessor jurídico, o secretário de Agricultura e os demais presentes e disse que concorda plenamente com a emenda da Comissão e questionou que se aprovado hoje esses dois por cento já serão destinados para a Secretaria de Agricultura. O Vereador Rodrigo informou que primeiramente o prefeito terá que apresentar uma proposta com esses valores estipulados nesta emenda. O vereador Floriano Ternes continuou falando que era isto que queria saber, pois todos sabem que por vários anos esta Casa nunca gastou todo o dinheiro que é destinado e que tem anos que sobra duzentos e oitenta mil outros que sobra trezentos mil e que as vezes com acordo, mas nem sempre o valor devolvido é destinado para o lugar onde foi solicitado pelos vereadores e que por isso que concorda com esta emenda pois ainda o município é um dos únicos que possui a maior arrecadação proveniente da agricultura pois a grande maioria a arrecadação vem da área urbana e de empresas e apesar do município ser pequeno de área possui vários chiqueirões e aviários fazendo que mais de cinquenta por cento da arrecadação seja proveniente da agricultura e que é de conhecimento de todos que cada ano que passa a agricultura fica mais sacrificada num ano por que o preço não ajuda outro ano por que o diesel sobe demais fazendo que os agricultores abandonem cada vez mais o campo e migrem para a cidade e por isso acho muito correto e é totalmente favorável para que seja investido na agricultura pois tem muita coisa para fazer e disse saber que não é muito dinheiro e ainda sugeriu que de repente o final do ano caso sobrar dinheiro juntamente com o presidente destinar para a Secretaria de Agricultura e que não está desprezando nenhuma outra secretaria pois todas precisam tanto a de obras, quando a de saúde ou a de educação



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

mas estas estão mais assistidas e não é por que é agricultor que defende isto, mas é por que entende que devido a tantos programas desenvolvidos por esta secretaria nada mais justo que destinar esta porcentagem para a mesma e espera que sejam destinados diretamente pra que não precise da sanção do presidente para o repasse. O vereador Adelir Sartori disse também ser favorável e parabenizou a Comissão esta emenda dos dois por cento para a agricultura e que fosse repassado cinco por cento não seria demais pois todos anos sobra em torno duzentos e cinquenta mil para a Câmara e como colocado pelo vereador Floriano poderá ser passado para outras secretarias também no final do ano tanto para a saúde quanto para a educação ou para a secretaria que tiver mais necessidade para tentar ajudar a todas. O presidente Zaqueu explicou que primeiramente será votado o pedido e emenda e após o projeto de lei. O vereador Luiz Eduardo Giacometti primeiramente parabenizou a Comissão por esta emenda que foi proposta e disse achar que o desenvolvimento econômico também seria necessário aumentar um pouco os recursos destinados mas em contra partida se sabe que a grande maioria das empresas que arrecadam ICMS no município precisam da secretaria de agricultura para desenvolver as suas atividades sendo que a Vigilância Municipal está alocada dentro da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e que no ano anterior juntamente com o secretário Bertuol estava sendo desenvolvido um projeto junto com a Vigilância Municipal e disse achar que com essa proposta possa sobrar algum recurso para que este projeto possa ser levado adiante e desse modo não atingir somente a agricultura ou as empresas do município mas também toda a parte dos micro produtores da agricultura familiar que possuem as cooperativas familiares no município e por isso disse ser totalmente favorável à emenda. O presidente Zaqueu Picoli solicitou para que o vice-presidente o substituísse para que pudesse fazer o uso da palavra. O vice-presidente João Carlos Dassoler concedeu o uso da palavra para o vereador Zaqueu Picoli. O vereador Zaqueu Picoli cumprimentou os demais vereadores, os presentes e a todos que estão acompanhando através das redes sociais e disse que tem uma opinião um pouco diferente e que primeiramente concorda que precisa ser destinado mais recursos para a agricultura mas que primeiramente precisa-se saber de onde que será retirado este recurso e que de repente deveria ser indicado de onde o executivo deveria tirar estes recursos que será destinado para a Secretaria de Agricultura e que muito bem foi colocado que metade da arrecadação vem da agricultura e que é importante que seja feito um bom trabalho e que já está sendo feito. Quanto a questão do aumento de recursos para a Câmara de Vereadores o vereador Zaqueu disse que é uma questão legal porem é importante que fique claro que se for repassado todo este recurso para a Câmara o executivo só poderá usufruir do dinheiro que sobrar no final do ano e que de repente durante o período possa faltar dinheiro pois sete por cento o valor vai de seiscentos mil para um milhão e quatrocentos mil e que serão oitocentos mil que ficarão até o final do ano e até mais de oitocentos mil pois com um orçamento de seiscentos mil já sobra em torno de duzentos mil reais e que concorda que é de direito esses um milhão e quatrocentos mas o que vem para o orçamento da Câmara só poderão serem utilizados ao final do ano. O vereador Rodrigo Colet fez um adendo dizendo que o repasse pode ser feito na metade do ano ou mês a mês e que não tem necessidade de ser somente no final do ano e que tendo dinheiro em caixa pode ser feito o repasse. O vereador Zaqueu Picoli retomou a palavra dizendo que acha interessante que fosse indicado agora a porcentagem a ser repassada para cada secretaria para ficar mais ajustado. O vereador ainda falou sobre a questão dos gastos a Câmara de Vereadores disse que tentou há alguns dias entrar com um projeto para tentar dar o exemplo dos vereadores para a redução dos gastos e acabou esbarrando na Mesa Diretora e disse achar que tem números que deveriam serem revistos e não é a questão de



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

diárias pois considera que os valores estão dentro do correto, mas existem situações que precisam ser revistas e que quando é pregado a mudança de nomes devem ser mudadas as atitudes também e que segundo o assessor jurídico para este ano não pode mais ser feito mas espera que para o ano que vem se consiga fazer estas mudanças e mostrar que todos querem mudar o jeito de fazer política mesmo. O vereador explanou ainda que a lei é favorável ao orçamento de sete por cento e que se sabe que este recurso irá sobrar e que existe a situação dos vereadores quererem destinar os recursos, acaba que estarão confrontando com o poder executivo. O vice-presidente devolveu a palavra ao presidente. Colocado em votação a Emenda ao Projeto de Lei 031/2018 teve como parecer: **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 031/2018 teve como parecer: **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **PROJETO DE LEI N.º 032/18, DE 02 DE AGOSTO DE 2018** Que “Cria a Gratificação pelo Exercício de Atividade Especial de Motorista de caminhão tanque distribuidor de dejetos líquidos, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e dá outras providências.” O vereador Alderi Trombete na condição de relator da Comissão de Pareceres explanou à todos que o Projeto de Lei nº 032/18 que foi baixado para análise na última sessão volta nesta data para votação juntamente com relatório da Comissão e solicitou ao presidente para que a secretária fizesse a leitura do mesmo. O presidente concedeu a permissão para a leitura do mesmo. A secretária primeiramente fez a leitura do projeto de lei nº 032/2018 e posteriormente fez a leitura do relatório da Comissão de Pareceres. “*PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 032/2018 de 02 de agosto de 2018 (Poder Executivo) – “Cria a Gratificação pelo Exercício de Atividade Especial de Motorista de caminhão tanque distribuidor de dejetos líquidos, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências”.* Sobre a Comissão de Pareceres: Do Regimento Interno: Art. 50. As Comissões Permanentes tem por objetivo estudar e emitir pareceres sobre matérias submedidas ao seu exame. Art. 53. É da competência das Comissões Permanentes: ... I, a) opinar sobre: ... 2- matérias relacionadas com servidor público. ... II a) opinar sobre: I – matéria que necessite parecer especial quanto ao mérito especialmente no que se refere à assistência social, educação, saúde, cultura, turismo, indústria, comércio, desporto, agricultura e meio ambiente, bem como os demais assuntos relacionados com a área social ... Art. 54. No exercício de suas atribuições às Comissões Permanentes podem: I – receber proposições ou matérias de qualquer natureza, enviados pela Mesa; II – Propor a sua adição ou rejeição, total, ou parcial, ou seu arquivamento; Art. 126. Além da hipótese de inadmissibilidade total, o projeto que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas às Comissões competentes para examiná-lo será considerado prejudicado, cabendo à Mesa determinar o seu arquivamento. Sobre o entendimento: Segundo Ferreira (2002, p. 1270), parecer é uma “opinião fundamentada sobre determinado assunto, emitida por especialista”. [1] No âmbito do processo legislativo, Sprosser (2000, p. 106) define os pareceres como pronunciamentos das comissões técnicas sobre proposições, documentos ou papéis cujo objeto incida na sua competência regimental e têm por finalidade esclarecer à Mesa, à Presidência ou ao Plenário os aspectos técnicos (inclusive jurídicos) e políticos do assunto submetido à Comissão, possibilitando-lhes deliberar com maior conhecimento do assunto e, pois, com maior adequação ao interesse público. Têm apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante, mesmo porque, apesar do esforço técnico, há sempre, possivelmente, algum aspecto que haja escapado ao seu exame e possa vir a ser decisivo no ato de deliberação. [2] Nessa medida, manifestar uma opinião por meio de um parecer não seria dar



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

corpo a um ponto de vista meramente subjetivo, mesmo quando se trata de um parecer de mérito, mas construir uma argumentação técnica ou política que permita o aprimoramento da discussão de um tema que seja de interesse de toda a sociedade. Em sua estrutura, o parecer configura-se como um discurso de natureza expositivo-argumentativa por meio do qual se apresenta um determinado assunto posto em discussão no âmbito de uma comissão. Organiza-se a discussão numa sequência lógica em que os argumentos jurídicos e/ou políticos encaminham a uma conclusão que represente a opinião daquela comissão, caso seja aprovado. [1] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. [2] SPROSSER, Andyara Klopstock Direito Parlamentar/Processo Legislativo, edição da Assembleia Legislativa de São Paulo, 2000, p. 106-107. RELATÓRIO: O Prefeito Municipal propõe a “Criação de Gratificação pelo Exercício de Atividade Especial de Motorista de caminhão tanque distribuidor de dejetos líquidos, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências”. Nos termos regimentais, o projeto esteve em pauta no dia 06 de agosto de 2018, correspondente matéria da Comissão Única de Pareceres à Décima Primeira Sessão Ordinária da Décima Segunda Legislatura não tendo recebido emendas ou substitutivos. Inicialmente opinou a Comissão pela maioria dos votos sobre a propositura encaminhada à baixa do projeto para melhor análise por parte da comissão quanto aos aspectos legais, constitucionais, jurídicos, proposição de mérito e para que fossem analisados aspectos previstos ao orçamento e as finanças do município. Ao fazê-lo, foi constatado pertinentes as reivindicações acerca dos aspectos ao ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa mediante relatório exarado pelo Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores Sr. Luciano Basso, no qual opinou pela viabilidade técnica do projeto. Concomitantemente foram verificadas aspectos quanto ao orçamento e as finanças do município e foi constatado que à atividade a qual está sendo criada a gratificação está dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Municipal de Carreira de Servidores, conforme anexo à esse parecer considerando que o cargo de Motorista de Caminhão tanque Distribuidor possui como salário base o valor de R\$ 1.654,91, adicional de insalubridade de aproximadamente R\$ 260,00, vale alimentação em torno de R\$ 240,00 e “horas extras sintomáticas” de aproximadamente R\$ 394,90, que resultam no valor total rendimentos de aproximadamente R\$ 2.569,59, deixamos ainda de fazer referência o “Prêmio de Assiduidade e Pontualidade” que o servidor recebeu no mês de maio que totalizou um montante salarial de R\$ 3.342,13. Quanto grifamos “horas extras sintomáticas” o fizemos por entender que os extras são indicativos de dolo uma vez que os valores pagos correspondentes as essas horas são exatamente de R\$ 394,90 nos últimos dois meses inteiros trabalhados pelo operador deste veículo, o que provavelmente leva a aferir que o servidor em questão prestou as mesmas horas e minutos de horas extras trabalhadas em meses distintos, o que configura dúvida quanto a legitimidade do ponto, afinal sabemos o quanto é imprevisível esse trabalho levando em consideração que o tempo para efetivação do trabalho é sempre variável quanto a cada situação. Devemos evidenciar que “horas extras sintomáticas” é constantemente alvo de auditoria do Tribunal de Contas (TCE) e que geralmente acaba com apontamentos, devoluções e multas aos gestores, além de causar má impressão de gestão administrativa pública. Ainda sobre a questão do mérito não podemos deixar de citar a Hierarquia na administração pública. Atualmente, há alocadas parcelas da controvérsia em torno do papel dos Municípios, Estado e inclusive a nível nacional, que é o que objetiva esse Projeto de Lei, onde encontramos assentadas premissas que precisam ser mais bem analisadas à luz das evidências empíricas existentes. Exemplo disso é a hipótese de má alocação de recursos difundidas



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

a respeito da administração pública quanto à Criação da Função Gratificada e das Horas Extras imutáveis nos últimos meses. A propósito da Hierarquia, o foco da abordagem versa sobre a situação atual da dispersão salarial na administração pública municipal sendo que o Cargo de Motorista de Caminhão tanque de dejetos não exige grau relativo de responsabilidade estratégica a função no conjunto da ocupação. Temos que ter em vista que a hierarquia salarial que é estabelecida por plano de cargos e remunerações tendo como parâmetro a elevação do nível de escolaridade e da formação profissional do trabalhador que termina por favorecer a ascensão salarial, geralmente associada aos requisitos de grau de responsabilidade e de complexidade da função. Comparamos o sistema hierárquico municipal quanto ao propósito de hierarquia quanto ao grau de responsabilidade estratégica, nível de escolaridade, formação profissional, grau de responsabilidade e complexidade de funções e citamos exemplos: - Quanto à Coordenadora do Departamento de Licitações do Município que possuiu grau elevadíssimo de complexidade e reponsabilidade na função exercida, sendo ela a responsável em que adquire todos os bens do município que conta com uma composição salarial de R\$ 2.130,51. Voltando ainda o foco hierárquico no próprio âmbito legislativo onde a remuneração da Secretária Executiva que alonga seus trabalhos à toda organização Legislativa, adquire bens, zela pelo patrimônio, elabora projetos de Leis Legislativos, trabalha como assessoria de imprensa e plenário e conta com uma composição salarial de R\$ 1.835,05. Ainda no Legislativo contamos o mérito e o nível de escolaridade do Assessor Jurídico da Câmara Municipal que assessora juridicamente toda a Casa Legislativa e que conta com a composição salarial de R\$ 2.005,39. Dentro do contexto do impacto financeiro devemos levar em consideração a recente notícia que o STF aprovou incluir proposta de reajuste de 16,38% para os Ministros, que se aprovada impactará o funcionalismo público em todo país, União, Estados e municípios, o que leva a considerar um período de grande instabilidade financeira para o cenário de 2019 e que nos faz refletir sobre um aumento considerável de receita de despesas. Ressaltamos ainda o mérito da recomposição salarial de todos servidores no início do ano que na ocasião fixou-se em 2,4% o que pela maioria dos edis foi considerado como um valor muito abaixo do merecido principalmente pela menor classe que recebem um salário mínimo e que infelizmente acabou se confirmando. Analisando o antes e o pós como iremos ser congruentes com um mérito a apenas um servidor quando se pensa num todo, tendo em vista que todos merecem o reconhecimento. Como consentir pertinente um aumento de 27,2 % sob os vencimentos de um cargo de um único servidor, valores estes que ainda estão sujeitos a reajustes idênticos aos índices salariais anuais e que impactarão ademais no cálculo das férias e da décima terceira remuneração conforme §2º do Projeto de Lei 32/2018. Entende-se que de forma alguma afirmamos o cargo de motorista de caminhão distribuidor desprovê de importância ou de desmerecimento pelo seu trabalho, lembramos inclusive que dois membros dessa comissão possuem a mesma profissão, todavia é importante ressaltar que éramos e somos conhecedores de nossas remunerações desde o Ato do Concurso público até os dias de hoje e nos dispomos a tal situação, afinal trabalhar da forma correta é dever de todos independentemente do local onde se está alocado. **DOS VOTOS:** João Carlos Dassoler, Presidente da Comissão Única de Pareceres vota contra a propositura do Projeto de Lei nº 032/2018, propondo sua total rejeição e arquivamento. Alderi Trombeta, Relator da Comissão Única de Pareceres vota contra a propositura do Projeto de Lei nº 032/2018, propondo sua total rejeição e arquivamento. André Gasparini, Membro da Comissão Única de Pareceres vota favoravelmente a propositura do Projeto de Lei nº 032/2018. **CONCLUSÃO:** Mediante o cômputo dos votos verificamos que a propositura não pretende implementar novas



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

atividades do que as que estão sendo executadas, não justificando o aumento da despesa do Município. Pelos fatos expostos acima a Comissão Única de Pareceres propõe por dois votos contra o presente Projeto de Lei nº 32/2018 pela sua rejeição total e arquivamento. Solicitamos ao Poder Executivo que seja remetido ao Poder Legislativo às explicações cabíveis quanto aos esclarecimentos solicitados neste relatório num prazo máximo de 15 (quinze) corridos. Não havendo resposta pertinente sobre o fato não descartamos apelação por meio auditoria do Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Solicitamos que sejam expedidas cópias desse relatório à todo corpo Legislativo, que seja exposto publicamente na próxima Sessão Ordinária, bem como que seja despachado este relatório para novo parecer à Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores levando em consideração à premissa neste relatório exposto e que este esteja disponível para a Sessão Ordinária do dia 20 de agosto de 2018. Requeremos ainda que sejam encaminhadas cópias deste relatório para conhecimento do Poder Executivo, em especial à Secretaria de Administração, Prefeito Municipal e Procuradoria do Município, para que seja verificada à questão sintomática de dolo dos valores pagos correspondentes as horas extras idênticas em meses distintos no valor de R\$ 394,90 ao ocupante do cargo de motorista do tanque distribuidor de dejetos, considerando praticamente impossível efetuar as mesmas horas e minutos análogos na função em questão por demandar tempo difundo haja vista às condições climáticas e o tempo de serviço entre um local e outro. Solicitamos ao Poder Executivo que seja remetido ao Poder Legislativo às explicações cabíveis quanto aos esclarecimentos solicitados neste relatório num prazo máximo para a próxima sessão ordinária que ocorrerá no dia 03 de setembro de 2018 as 19:00 com o comparecimento pelo responsável pela Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que é idealizador do projeto de lei, uma vez que na ementa do mesmo cita-se “vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente”... Não havendo resposta pertinente sobre o fato não descartamos apelação por meio auditoria do Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público. Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2018.” Em seguida conforme solicitação foi feita a leitura do parecer jurídico quanto ao relatório da Comissão de Pareceres. “Referente ao PROJETO DE LEI Nº 032/2018, DE 02 DE AGOSTO DE 2018, o qual tem por objetivo: “Cria a Gratificação pelo Exercício de Atividade Especial de Motorista de caminhão tanque distribuidor de dejetos líquidos, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências”. DO RELATÓRIO APRESENTADO PELA COMISSÃO DE PARECERES: A Comissão de Pareceres da Câmara Municipal de Barão de Cotegipe/RS, nas suas atribuições emitiu parecer pela Rejeição Total do Projeto de Lei do Executivo, nº 32/2018, o qual trata sobre a gratificação de Motorista de Caminhão, conforme ementa acima descrita. Cumpre salientar, que a Comissão de Pareceres é composta por 03 (três) vereadores, e de acordo com o Regimento Interno, a decisão da Comissão é pela maioria absoluta de seus integrantes. Desta forma, a maioria absoluta dos integrantes da Comissão única de Pareceres emitiram parecer opinando pela rejeição total do projeto de Lei apresentado, baseado em vasta doutrina sobre o tema, opinando pela inviabilidade do pagamento da gratificação pretendida, uma vez que, o motorista em questão já percebe um subsídio salarial condizente com a sua função, e de acordo com a documentação jungida ao parecer, o funcionário que seria agraciado, possui uma vasta quantidade de horas extraordinárias que elevam o seu salário a um valor significativo e muito além da média salarial dos demais integrantes da Municipalidade. Convém destacar que a Comissão de Pareceres se utilizou do Instituto da analogia, efetuando um comparativo com o subsídio de outros colaboradores da própria Câmara Municipal de Barão de Cotegipe/RS, bem como de funcionários



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

da Municipalidade que exercem suas funções em cargos de grande responsabilidade e que ganham menos que o servidor que ora seria agraciado. **CONCLUSÃO:** Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, a Procuradoria Jurídica OPINA s.m.j. pela viabilidade técnica do Parecer apresentado pela Comissão de Pareceres. No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois cabe a maioria dos membros da Comissão de Pareceres emitir seu parecer opinativo, ou seja, é da função dos membros da Comissão de Pareceres a verificação a viabilidade da aprovação ou rejeição do Projeto de Lei ora analisado. Barão de Cotegipe, 16 de agosto de 2018. Luciano da Silva Basso.” O presidente expos que em resumo o parecer da Comissão pela maioria é pelo arquivamento porem o projeto irá para discussão e votação. O vereador Rodrigo Colet explanou que a Comissão está aqui para analisar e indicar o seu parecer e ele como vereador é contrário ao parecer final da Comissão e que já conversou com o secretário e disse saber que o prefeito já conversou com alguns motoristas no pátio de máquinas onde se tem vários lados e que é de conhecimento de todos que é um caminhão bastante exigido e que segundo o prefeito está para ser adquirido mais um caminhão e que com certeza irá necessitar de mais um motorista que terá a mesma gratificação e que qualquer um pode incluir o seu nome caso ache que o valor seja extrapolado pode se inscrever para este cargo de motorista deste caminhão. O vereador Rodrigo ainda expos alguns dados referente a suinocultura e a bacia leiteira que utilizam deste caminhão e somente neste ano com o novo cadastramento em um trabalho elaborado pela Secretaria de Agricultura nas divisas do município entre quatro e cinco novos suinocultores começarão emitir notas e terão o talão vinculado ao município de Barão de Cotegipe fazendo com que a arrecadação com a venda dos suínos venha para o município e ainda com o incentivo dado aos suinocultores segundo o secretário a produção aumentará de quatro ou cinco mil suínos por ano fazendo uma média por lotes e que o valor de retorno será de aproximadamente setenta mil reais e que uma gratificação de quatrocentos e cinquenta reais por mês e com as novas tecnologias ligadas ao gado tanto freestyle ou sistema de composto todos tem uma esterqueira onde é largado os dejetos e água e que seguidamente a prefeitura faz a limpeza das mesmas e como não será paga esta gratificação durante o período de férias ou quando o servidor estiver afastado do cargo e que esta lei não será incorporado aos vencimentos o mesmo não terá direito a horas extras como exposto na justificativa do parecer da Comissão de Pareceres onde as mesmas chegam ao valor de trezentos e noventa e quatro reais nos últimos dois meses e como existe o apontamento do Tribunal de Contas quanto a ilegalidade deste tipo de pagamento será um modo de legalizar a situação através deste projeto. Finalizou dizendo ser favorável ao projeto e que conta com a aprovação dos demais vereadores. O vereador Floriano Ternes e disse que a Comissão votou pela sua maioria e que em anos anteriores tiveram nesta Casa que a decisão era tomada somente pelo presidente e que isso era totalmente errado e que é contrário ao parecer e a decisão da Comissão e como o vereador Rodrigo Colet já havia comentado há pouco tempo foi aprovada uma emenda para destinação de dois por cento para a Secretaria de Agricultura e vendo isto em primeiro lugar falou que este projeto não partiu do Legislativo, de nenhum vereador e sim do Executivo e que acredita que o secretário tenha discutido isso com o executivo sobre a criação desta gratificação e como o vereador mais velho da Casa sabe que é difícil chegar e dizer para alguém para operar este tipo de caminhão pois são poucos que aceitam pois é uma função mais difícil que pegar outro caminhão para puxar pedra, cascalho ou terra pois geralmente não vai ninguém junto nesse caminhão e o motorista precisa realizar todos os serviços sozinho e no final do dia pode se lavar do jeito que quiser que o cheiro fica e quem tem suínos sabe que o cheiro permanece e que acredita que



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

este projeto veio para esta Casa por este motivo e por alguns outros e como não é fácil para o secretário indicar o servidor que irá assumir este compromisso e que quando muda o governo também troca o motorista mas que não é fácil designar alguém para esta função pois o servidor provavelmente não ficará contente e quanto ao relatório da Comissão que cita as horas extras o vereador disse que se consta essas horas extras é por que o motorista trabalhou e que se o secretário da agricultura designar outros motoristas também farão horas extras mesmo sabendo que o tribunal de contas pode apontar, as horas extras somente serão pagas se o servidor trabalhar pelo menos é o que acredita e disse ainda que deve haver controle do livro ponto. O vereador ainda mencionou as palavras do vereador Rodrigo Colet que comentou que só da Linha Tapir tem três chiqueirões com cem metros cada um que agora pertence a Barão de Cotegipe que aumentará a arrecadação e que todos sabem que as melhores atividades leiteiras estão fazendo tudo composto se não tudo a maioria e que daqui a pouco a secretaria terá que adquirir uma máquina para distribuir estes compostos além de se fazer um reservatório da lavagem das ordenhas e que em breve será instalado um robô para tirar leite e que a estrutura já está pronta e que provavelmente nos próximos dias entrará em funcionamento e que o proprietário precisará dos serviços da secretaria de agricultura também. O vereador ainda disse que como o projeto veio do executivo e como foi falado anteriormente que a agricultura precisa de muita ajuda acha que este projeto é muito bem-vindo independente do motorista que estiver trabalhando seja com indicação do secretário ou não. O vereador André Gasparini disse que como membro da comissão gostaria de informar a sua posição na data da análise em que o projeto foi baixado foi contrário à baixa, sobre o parecer foi contrário ao mesmo, e que neste relatório consta que foi favorável ao projeto, e quanto ao detalhes de alguns itens também foi contrário e que o vereador Rodrigo Colet já fez várias justificativas assim como o vereador Floriano Ternes e disse que entrará no tema que foi comentado a respeito do salário do próprio motorista onde foi feito um comparativo com demais servidores. Sobre o prêmio de assiduidade e pontualidade que o servidor recebeu no mês de maio totalizou um montante salarial que considera justo se o mesmo esteve presente no trabalho todos os dias e foi pontual e se os demais acessarem o portal de transparência no site da Prefeitura Municipal de Barão de Cotegipe poderão verificar que não só este motorista deste caminhão ganhou este prêmio e sim inúmeros motoristas também receberam. Continuou o vereador falando sobre o vale alimentação que os demais também ganham, insalubridade a maioria deles também ganham, horas extras os demais também ganham e que motoristas em específico da saúde possuem FG, motoristas principalmente da saúde e demais setores tem diárias e que em viagens a Porto Alegre ou dentro do estado por exemplo ganham cento e quarenta reais de diária e questionou que se começar a fazer um comparativo dos salários dos mesmos aqui será que os quatrocentos e cinquenta reais seria muito para quem passa o dia todo coletando dejetos de suínos e espalhando nas lavouras e que já foi criado um programa de incentivo a suinocultura e que é um dos segmentos que mais dá retorno ao município como explanado pelo vereador Rodrigo Colet e que se está tentando fazer uma emenda na LDO pra incentivar a agricultura e que se for aprovado provavelmente será destinado para algum novo programa de incentivo a suinocultura, ou para avicultura, ou gado de corte ou de leite, e expôs ainda que o que lhe deixa triste é que tudo isso é sobre um motorista e questionou se os demais motoristas gostariam de assumir esta função e disse acreditar que não haveria objeção do próprio secretário de agricultura de colocar à disposição aos demais para quem quiser assumir o cargo já que existe um comentário gigantesco inclusive pelos demais motoristas sobre o valor deste repasse e que os demais estariam sendo discriminados e que não vê deste modo e que é uma gratificação pelo exercício de função e



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

não é injusto pois é constitucional. No que tange aos comparativos de salários o vereador André comentou que foi falado de grau de escolaridade e demais mas o salário do mesmo sem os demais benefícios de vale alimentação, insalubridade e outros é menor de os demais e considera um pouco injusto o comparativo feito com o assessor jurídico da Câmara pois o salário do mesmo não é nada exorbitante dois mil e cinco reais e que o funcionário em questão exerce uma atividade remunerada trabalhando de segunda a sexta, sábados e alguns domingos inclusive devido à enorme quantidade de solicitações e demanda e que o secretário de agricultura está presente e pode confirmar e disse achar que deveria ser feito um comparativo com o salário do assessor jurídico do Poder Executivo e não com o do Poder Legislativo para se fazer uma comparação semanal de horas e mencionou novamente a respeito dos dois virgula quatro por cento de aumento que foi dado principalmente para aqueles do baixo escalão que não atinge o salário mínimo e que foi uma das pessoas que mais brigou por este motivo. A respeito do que o STF decidiu não tem como se basear ainda e que isto é apenas uma gratificação como mencionado pelo vereador Rodrigo Colet e que se o mesmo estiver de laudo ou férias não irá receber este valor pois não estará executando este trabalho e que ainda consta que dois vereadores são motoristas e que esses devem saber o quanto esta profissão é difícil e trabalhar o dia inteiro nas pocilgas e chegar em casa, tomar um banho e aquele cheiro não sair do corpo e das roupas e que é difícil e disse achar que se fosse a questão do salário para se beneficiado e que se aprove este benefício e depois cabe ao secretário juntamente com os demais motoristas ver quem será o felizado que ganhará esta fortuna de quatrocentos e cinquenta reais. Finalizou o vereador André votando contra o parecer e favorável ao projeto. O vereador Luiz Eduardo Giacomel iniciou dizendo que se associa totalmente as palavras do vereador André Gasparini e disse acreditar que se deve fazer uma análise do que está acontecendo e que não se deve comparar o salário do judiciário, com o salário do legislativo ou com salário do executivo pois são instituições separadas e que cada um tem sua equiparação salarial e que de acordo com a comparação salarial a mesma deve ser feita dentro da mesma função e não em funções distintas como o salário de motorista com o salário de um advogado e que no seu ponto de vista considera errado nesta análise feita pela Comissão e que a criação desta gratificação nada mais é que corrigir a remuneração desta atividade e que no momento em que o motorista está recebendo horas extras como diz no quinto parágrafo do artigo um o mesmo irá deixar de receber estas horas extras a partir da criação desta gratificação e que acha justo ser aprovado este projeto e que mediante isso gostaria de propor uma emenda de modificação no parágrafo terceiro que fala que a gratificação somente será paga ao servidor em razão do serviço efetivamente realizado não sendo paga no período de férias ou se o servidor estiver afastado por qualquer tipo de licença e que se poderia ser substituir para que o motorista substituto também pudesse ganhar esta remuneração no tempo em que estiver substituindo o titular e que se o principal e que se o motorista da função ganha e o outro estará realizando o mesmo serviço que os demais vereadores já expuseram ser uma tarefa complicada e que hoje são poucas as pessoas que a vontade de assumir esta função. Finalizou dizendo ser contra o parecer e favorável ao projeto. O vereador Adelar Sartori comentou que este projeto é bem viável pois disse duvidar que tenha outro funcionário que pegue o caminhão e vá fazer este tipo de trabalho e que não tem nada contra a nenhum motorista e que se tiver outro motorista que queira assumir esta função não é contra de se repassar esta gratificação para este também e que na plateia está o motorista Edson e que no mandato do ex-prefeito Fernando Balbinot foi votada uma emenda para se repassar um valor para o motorista que desenvolvia esta função e que nada impede que seja paga esta gratificação pois o motorista irá trabalhar melhor e cuidará melhor do caminhão e que se o



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

mesmo fizer horas extras irá receber. E que considera importante valorizar o profissional e que é um só mas se fosse todos os motoristas seria outra questão mas como é um só e esse tipo de trabalho que está dia a dia ai e que já trabalhou construindo os chiqueirões de porco e que pode tomar quantos banhos quiser mas o cheiro fica e que é favorável ao projeto. O vereador Djeovani Kreczynski expôs que é contrário ao parecer da Comissão Única de Pareceres e disse querer se associar as palavras explanadas nesta Casa por todos os vereadores e tendo em vista tudo o que este funcionário representa para a agricultura e por muitas vezes desempenhando este trabalho sozinho e disse que é favorável a esta gratificação de quatrocentos e cinquenta reais pois não é um trabalho simples e requer uma experiência e coragem do profissional e dos próximos que virão. O presidente Zaqueu Picoli solicitou que o vice-presidente João Carlos Dassoler o substituísse para que pudesse fazer o uso da palavra. O vice-presidente concedeu o uso da palavra ao vereador. O vereador Zaqueu expôs que de antemão gostaria de dizer não querer entrar no mérito das comparações que foram feitas no parecer e disse que gostaria de falar sobre a importância da aprovação deste projeto e primeiramente como já foi colocado pelos demais vereadores sobre a questão do aumento da demanda e da criação do incentivo a suinocultura para a ampliação das pocilgas, pela situação colocada pela inspetoria veterinária das pocilgas que vieram para o município e que antes pertenciam a São Valentim e que agora mais dois mil suínos provenientes do município da Barra do Rio Azul e que a demanda vem aumentando e falou que o serviço desempenhado no transporte de dejetos de suínos não é qualquer um que faz mesmo pois é um trabalho que envolve o transporte de uma carga líquida e que necessita de mais responsabilidade sim e sem contar a questão que já foi colocada sobre o mau cheiro, a sujeira e algumas outras situações, mas que o ponto principal e a organização do trabalho e que muitas vezes se comenta que em outros pleitos políticos se utilizava do caminhão do esterco para se castigar alguém que é da situação contrária e que seria interessante que essas coisas um dia mudasse e que de repente foi por este motivo que se criou um pouco de conflito sobre este projeto de lei que está sendo criado e que a ideia da secretaria de agricultura e do poder executivo é organizar o trabalho do transporte dos dejetos de suínos e fazer que o serviço ande e que o prefeito havia comentado que se o projeto fosse arquivado iria sentar com os motoristas e designaria dois meses para cada motorista realizar a função e que considera que ai o serviço não irá funcionar e que a ideia é primeiro regulamentar a situação das horas extras que estão sendo pagas e que estão sendo questionadas independente de quem for o motorista pois hoje é uma pessoa, amanhã será outra e que provavelmente serão dois motoristas pois existe a possibilidade de ser adquirido mais um caminhão e disse achar que o ponto principal é o interesse da secretaria da agricultura e do poder executivo em tentar fazer o trabalho da melhor forma possível e que é importante dizer que este projeto que veio para esta Casa foi baseado muito no que existe na Prefeitura de Erechim e que na semana passada o presidente da Câmara de Vereadores de Ponte Preta solicitou que fosse enviado uma cópia para tentar entrar com o projeto na Câmara daquele município e deixou claro que não para beneficiar pessoas pois normalmente quando se fala em criação de uma função gratificada vindo do executivo é para beneficiar alguém e que na realidade é para tentar fazer que o serviço seja bem feito e expôs que sabe muito bem como é trabalhar com suínos pois trabalhou com o transporte dos mesmos durante oito anos e que sabe como era chegar em um posto de gasolina fedendo a porco e os colegas rirem e que por isso considera que merece sim a valorização independente de quem seja o motorista que vá desempenhar a função. Finalizou dizendo ser contrário ao parecer e que é favorável ao projeto caso necessite votar. O vice presidente devolveu a palavra ao titular. Primeiramente o presidente colocou em votação o arquivamento do



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

projeto de lei nº 32/2018. O PROJETO FOI A VOTAÇÃO **com SEIS VOTOS A FAVOR E DOIS CONTRÁRIOS**. Em seguida foi colocado em votação a emenda do vereador Luiz Eduardo Giacomel ao parágrafo terceiro e a mesma **foi APROVADA POR UNANIMIDADE**. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 032/2018 teve como parecer: **APROVADO POR SEIS VOTOS A FAVOR E DOIS CONTRÁRIOS. PROJETO DE LEI N.º 033/18, DE 02 DE AGOSTO DE 2018** Que “Altera os Artigos 25 e 45 da Lei Municipal nº 1.786/06 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores que dispõe sobre o Código Tributário Municipal e dá outras providências.” O vereador Rodrigo Colet expôs que este projeto vem para trazer informações sobre o recolhimento sobre os impostos sobre qualquer natureza e como o sistema não aceita duas datas de vencimento isso irá alterar a data para pagamento pois as empresas que se enquadram na modalidade geral que tem vencimento no dia quinze passarão para o dia vinte as suas informações e que as empresas do simples onde se enquadram as microempresas que tem faturamento até trezentos e sessenta mil reais por ano e as empresas de pequeno porte – EPP que podem movimentar até quatro milhões e oitocentos mil reais. Já para as MEI’s que são as micro empresas individuais o vereador Rodrigo comentou que a empresa que quiser se cadastrar no sistema nacional de emissão de nota eletrônica opta por se cadastrar e se o fizer não poderá voltar a informar através de blocos e que passará a emitir notas somente por sistema eletrônico. Expos ainda que as empresas que abrirem daqui para frente serão automaticamente incluídas no sistema de nota eletrônica e as empresas maiores que se enquadram no Simples ou na modalidade geral tem até o dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito para se cadastrar neste sistema que será implantado. Finalizou dizendo que isto vem para melhorar a arrecadação e facilitar para todos os sistemas de arrecadação e tributação. O vereador André Gasparini comentou que na realidade o projeto é muito simples e que é somente uma questão de adequação para o serviço de nota fiscal de eletrônica e alteração de vencimento que hoje a modalidade geral seria dia quinze e como será tudo informatizado será padronizado para o dia vinte e que apenas as empresas que estão enquadradas no Simples Nacional até hoje não teriam a obrigatoriedade de informar o faturamento e tendo o faturamento zerado ficava por isso e a partir e agora as empresas que fazem parte do Simples Nacional tem a obrigatoriedade de ao menos informar o faturamento ao seu contador responsável o faturamento zerado ou aquele que for para ser tributado e que nada mais é que uma padronização junto ao sistema o que os demais municípios da região já possuem a nota fiscal de serviço eletrônica há algum tempo. O presidente Zaqueu esclareceu que esta questão da mudança das pequenas empresas repassado pelo secretário Franciel será amplamente divulgado com realizações de palestras principalmente para os contadores do município que na maioria das vezes são os que fazem este serviço para as pequenas empresas. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 033/2018 teve como parecer: **APROVADO POR UNANIMIDADE. PALAVRA LIVRE:** Sobre vindo a palavra livre pela bancada PTB/PDT o vereador Luiz Eduardo Giacomel(PDT) iniciou dizendo que não tem muito o que falar e comentou sobre o início da divulgação por meio das redes sociais e nos noticiários nacionais de candidatos prometendo isso e aquilo, candidato fazendo alianças com outros candidatos e tudo bem a contraponto daquilo que sempre defendeu que é que os candidatos olhem pelo povo e não pelo interesse próprio e citou uma frase que lhe chamou a atenção em um debate que acompanhou que um determinado candidato que não iria expor o nome onde o mesmo fez uma grande coligação e que no momento em que formalizou esta grande coligação deixou de ter um projeto para o povo e começou a propor projetos para os partidos que estão apoiando o mesmo e



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

que isto é o que sempre foi contra desde o ano passado quando se elegeram e defenderam a renovação pois quando os candidatos estão na disputa e não somente depois de eleitos deveriam zelar pelo bem do Brasil e pelo o que as pessoas querem e não pensar em zelar alianças que depois como é de conhecimento de todos que depois de eleitos zelam somente pelo interesse próprio e não pelo interesse da nação brasileira. Finalizou dizendo que era somente este pequeno comentário que queria fazer. Pela bancada PT/PSB o vereador Floriano Ternes(PT) iniciou agradecendo o líder do governo haja visto que tantas vezes é somente pedido nesta Casa então gostaria de agradecer pois havia solicitado um encascalhamento na estrada da Linha Guataparã e o mesmo foi concluído na semana anterior com a ajuda de todos e considerou que assim que deve ser e que o carregador estava sozinho descarregando e foi conseguido um rastel e foi esparramado e ficou um serviço muito bom e que acredita que irá escoar muito produto por esta estrada e também parabenizou a reabertura de uma estrada na Linha Tapir que está sendo realizada onde foi deslocada a retroescavadeira grande para realizar este trabalho junto as comunidades do senhor Mauro Przylepa e do senhor Severino Roncato. Agradeceu ainda a colocação de tubulação próximo a propriedade da família Bonet onde havia solicitado também ao líder do governo. Mencionou ainda o vereador que de tanto solicitar ao secretário do estado estão mexendo na tão comentada estrada para a Linha Wawruch e pelo início percebe-se que vai ficar um serviço bom pois estão colocando cascalho e passando rolo e que o trecho que já está pronto está ficando bom e que se fizerem assim até o final ficará muito bom para quem utiliza este trajeto. Comentou ainda o vereador sobre os candidatos e que expos sobre a quantidade de candidatos para todos os cargos e que para deputado federal e estadual todos sabem que sempre teve bastante mas para a presidência nunca teve tantos candidatos como tem agora e que gostaria de colocar e disse saber que muitos não concordam sobre o ex-presidente Lula que está preso mas mesmo na cadeia está com trinta e sete por cento das intenções de votos e que isto quer dizer que a população considera que se estava ruim quando o mesmo era presidente agora está muito pior e que se ele está com esta porcentagem preso com certeza se estivesse solto a porcentagem iria aumentar. O vereador André Gasparini(PT) falou que não iria usar o espaço da palavra livre para fazer algum requerimento que acaba lembrando e que gostaria de parabenizar toda a direção da comunidade São Roque pela belíssima festa que ocorreu no último domingo e que gostaria de fazer um breve comentário com os demais vereadores sobre o ocorrido nesta data a respeito do projeto da gratificação para o motorista do caminhão de dejetos que seria tão simples e que se tornou algo bastante debatido com uma fundamentação invejável e voltou a pedir a todos que como ocorreu com este projeto onde pela a vontade da maioria acabou aprovado e disse saber que talvez os vereadores que também exercem a função de motorista sofreram uma pressão dos demais colegas de profissão e isso acabou gerando um comentário mais que deveria ser devido a questão do projeto e disse achar que não era nada tão gigantesco e que o impacto financeiro é mínimo muito menor que várias outras gratificações que acabam votando favorável pra outros funcionários do executivo e voltou a dizer para que se tenha uma boa relação e que se vote sempre pensando no geral e não em algo específico e que este projeto não é para beneficiar uma pessoa e sim pra beneficiar um cargo e que hoje pode ser o João e amanhã pode ser o Paulo o motorista e que isto é somente para o bom andamento dos serviços como foi informado. Pela bancada PP/PSDB o presidente Zaqueu Picoli pediu para que fosse substituído para que pudesse fazer o uso da palavra. O vice-presidente João Dassoler concedeu o uso da palavra ao vereador Zaqueu. O vereador Zaqueu Picoli(PSDB) disse que gostaria de fazer apenas algumas colocações de alguns eventos que irão acontecer e primeiramente convidou os demais vereadores, a plateia e a



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

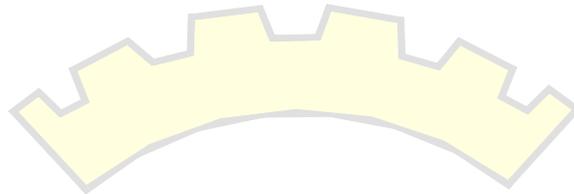
todos que acompanham para o encontro dos homens no Clube Internacional com uma programação que inicia pela manhã com um momento espiritual e após um show com os humoristas Tio e Sobrinho, almoço e pela parte da tarde diversão com bocha, baralho e bisca. O vereador ainda disse que gostaria de reforçar ainda sobre a Campanha de Vacinação que acontece durante todo o mês de agosto sobre doenças que estão retornando para o País e pelo o que se houve através da mídia está havendo um desinteresse e um acomodamento por parte dos pais e que ouviu pela manhã em uma reportagem que as metas estão muito abaixo e por isso gostaria de reforçar para os pais e que todos repassem para que levem as crianças até o Posto de Saúde até o final do mês para vacinar e não deixar que estas doenças como o sarampo e a difteria voltem e que segundo informações do pessoal do Posto de Saúde as metas no município estão bem elevadas e dentro do esperado mas que não foi alcançado tudo o que se precisa. Em relação a iluminação que foi comentada durante a sessão comentou novamente que houve o processo de licitação porém foi entrado com recurso e a situação está em curso mas que é importante que seja retomado como já foi colocado pelo vereador André que é cobrada a taxa de iluminação pública e por isso é importante que seja cobrado do poder executivo e que se fique sempre atento e que existe a necessidade que seja feito o serviço. Em relação a campanha eleitoral o vereador disse que pode se eleger Pedro, Paulo ou Francisco para presidente ou governador mas o ponto principal e se votar em novos deputados, senadores e tentar mudar pois não adianta eleger um presidente novo se eleger os mesmos deputados e senadores que já estão lá dentro e quem sabe muitos merecem estar lá mas a grande maioria deveria ser renovado e disse que volta bater na tecla não somente para a renovação de nomes mas para a renovação da ideologia política e esquecer um pouco a ideologia partidária e partir para uma ideologia que pense para o bem de todos e querendo ou não os vereadores influenciam nesta hora e que é importante saber quem irão indicar para os seus eleitores e quem sabe possam errar mas que a sua opinião é de renovação de nomes. O vereador André fez um adendo dizendo que havia se esquecido de mencionar sobre a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla que ocorre do dia vinte e um a vinte e oito de agosto e parabenizou a direção e funcionários pelo belíssimo trabalho que estão fazendo por estas crianças. O vereador Zaqueu comentou que o vereador Alderi Trombeta o lembrou e já irá falar antes que esqueça sobre a programação da Semana da Pátria e que todos devem ter recebido o convite e quem puder estar presente que se faça. O vice-presidente devolveu a palavra ao titular. Pela bancada PMBD o vereador Adelir Sartori disse que não iria pedir mas como estava fora do prazo para fazer o requerimento irá solicitar verbalmente para que o líder do governo solicite ao secretário de obras que na rua que sobe próximo a residência do senhor Mário Brezynski o proprietário Odirlei Balestrin pediu para que se tirasse a terra do terreno do senhor Carlos Welker para que se faça a abertura desta rua e que em conversa com o engenheiro Balestrin o mesmo disse que é questão de tempo pois não leva duas horas para se fazer o serviço e quando sair o asfaltamento da avenida se faz o afastamento do poste que se encontra praticamente na rua pois segundo informações do senhor Odair na última semana vários carros andaram se enroscando e arrancando os espelhos. O vereador comentou ainda que gostaria de falar um pouco sobre política, sobre deputados que devem votar e pessoas que ajudaram o município e escolher candidatos que possam cobrar e que possam trazer benefícios para o município e sobre a questão de governador também onde o atual governador está concorrendo a reeleição e disse acreditar que o mesmo fez um bom trabalho durante estes quatro anos onde pagou a folha praticamente em dia, durante o mês e que atrasou pois com a dívida que o Estado tem e com a situação em que o mesmo pegou o Estado conseguir quitar a folha de pagamento durante o mês e que a única coisa que



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE BARÃO DE COTEGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



23 DE JANEIRO DE 1965

parcelou foi o décimo terceiro salário pois não tinha caixa e essa semana saiu uma pesquisa onde o mesmo está com dezenove por cento das intenções de votos e agora é só esperar pra ver o que vai acontecer e disse esperar que ele faça um bom trabalho no restante do mandato e se ganhar vai ser merecido pois pelo menos manteve a casa em dia e ainda conseguiu fazer asfalto e algumas outras coisas e que achava que ele não conseguiria fazer tudo o que ele fez do jeito que ele pegou o Estado.

E não havendo mais matéria do dia, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Reunião, convidou a todos para a próxima Reunião Ordinária que se realizará no dia três de setembro de dois mil e dezoito às dezenove horas. Os trabalhos foram presididos pelo Vereador Zaqueu Picoli e 1º Secretário Vereador Alderi Trombeta. Sendo que eu 1ª Secretário determinei que fosse lavrada a presente ata, que após aprovada será assinada por mim e pelo Senhor Presidente. --

.....
.....
.....
.....
.....

